

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.350.474 - RS (2018/0215311-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : JULIANO PIMENTEL DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : VANESSA GROLI - RS073001**  
**AGRAVADO : VIVO S/A**  
**ADVOGADOS : FERNANDA RIVÉ MACHADO - RS062828**  
**JÚLIA MONTANARI FORNARI - RS095576**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por JULIANO PIMENTEL DOS SANTOS contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ, fl. 361):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA CELULAR. AÇÃO COMINATÓRIA E INDENIZATÓRIA. TELEFONIA MÓVEL. ÁREA RURAL. COBERTURA DA PRESTADORA DE SERVIÇO. INVIABILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA LINHA.

Utilização dos serviços de telefonia móvel em localidade que é considerada área rural e que não está abrangida pela cobertura dos serviços de telefonia. Caso em que a prova constante dos autos não é suficiente para comprovação dos fatos alegados na inicial. Demonstração, pela ré, de fato modificativo do direito da autora.

Manutenção da sentença de improcedência.

APLICAÇÃO DE MULTA, EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO SE CONSTATANDO, NOS EMBARGOS, INTUITO MERAMENTE PROTELATÓRIO, NÃO HÁ AMPARO PARA A APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO §2º DO ART. 1.026 DO NCPC.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 384-391).

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 394-436), sustentou a parte recorrente ausência de fundamentação e negativa de prestação jurisdicional, em ofensa aos artigos 11, 489, § 1º, IV, 1.013, §§ 1º, 2º e 3º, 1.022, II, e parágrafo único, II, e 1.023 do CPC/2015. Insurgiu-se contra o desacolhimento do pleito indenizatório. Defendeu infringência ao dever de informação, dever de cumprimento aos termos da oferta e direito à inversão do ônus da prova.

Pugnou pelo reconhecimento do direito à indenização por danos morais pela privação do serviço de telefonia não prestado adequadamente. Alegou violação aos artigos 373, I, e 1.013 do CPC/2015, aos artigos 62, III, VI e VIII, 14, 22, parágrafo único, 35 e 84 do Código de Defesa do Consumidor e aos artigos 186, 927 e 944 do Código Civil. Invocou divergência jurisprudencial.

Sem contrarrazões.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não deve ser conhecido.

1. Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar especificamente os fundamentos suficientes para manter o *decisum* hostilizado, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge, deve especificamente infirmar a fundamentação utilizada.

No caso, ao recurso especial não foi admitido pelos seguintes fundamentos: a) inexistência de ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, pois o acórdão apreciou todas as questões deduzidas de forma clara e fundamentada; b) incidência da Súmula 284/STF à alegação de violação ao art. 1.013 do CPC/15; c) ausência de prequestionamento dos arts. 6º, III, VI e VIII, 14, 22, parágrafo único, 35 e 84 do Código de Defesa do Consumidor e 187, 927 e 944 do Código Civil; d) óbice da Súmula 7/STJ à alegada violação dos arts. 186 e 927 do Código Civil; e) atender a postulação do recorrente quanto à apontada ofensa ao art. 373 do CPC/15 equivaleria à invasão do campo probatório e encontra vedação na Súmula 7/STJ; f) não conhecimento do recurso pela alínea "c" ante a aplicação da Súmula 7/STJ ao mérito da controvérsia; g) ausência de comprovação do dissídio interpretativa nos moldes legais e regimentais.

A parte agravante, contudo, deixou de impugnar os seguintes fundamentos: a) incidência da Súmula 284/STF à alegação de violação ao art. 1.013 do CPC/15; b) atender a postulação do recorrente quanto à apontada ofensa ao art. 373 do CPC/15 equivaleria à invasão do campo probatório e encontra vedação na Súmula 7/STJ; f) não conhecimento do recurso pela alínea "c" ante a aplicação da Súmula 7/STJ ao mérito da controvérsia; g) ausência de comprovação do dissídio interpretativa nos moldes legais e regimentais.

Tal conduta contraria a previsão dos arts. 932, III, do CPC/15 e 253, parágrafo único, I, do RISTJ:

**Art. 932.** Incumbe ao relator:

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

(...)

**Art. 253.** O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente.

**Parágrafo único.** Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério

Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão

recorrida;

Logo, uma vez que o objeto do agravo é diverso do pretendido do recurso especial, a falta de ataque específico a fundamentos da decisão agravada encontra óbice no art. 932, III, do NCPC (art. 544, § 4º, I, CPC/73), não sendo suficiente para o seu conhecimento a simples reiteração dos fundamentos trazidos no especial.

Assim, inafastável a manutenção da incidência da Súmula 182 do STJ: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."*

Nesse sentido, os recentes julgados da Corte Especial deste Tribunal: EAREsp n.701404/SC, EAREsp n. 746775/PR e EAREsp n. 831326/SP.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932. 2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

**3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.**

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art.

1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 182/STJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

